

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

Título: Uma surpresa muito positiva no leilão da ANP 4

Correio Braziliense

Título: No meio do furacão, Temer troca ministros..... 5

Título: Sem segurança, não vai..... 7

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....1

Título: Odebrecht versus..... 1

Título: BNDES quer mudar atuação como investidor..... 2

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....4

Título: Uma surpresa muito positiva no leilão da ANP 4

VEÍCULO: Correio Braziliense.....5

Título: No meio do furacão, Temer troca ministros..... 5

Título: Sem segurança, não vai..... 7

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Lauro Jardim

Título: Odebrecht versus...

A Odebrecht Óleo e Gás tem contratos de manutenção de plataformas com a Petrobras que somam R\$ 3 bilhões, mas a relação entre as duas empresas vai de mal a pior. Na segunda-feira passada, a empreiteira ajuizou uma ação na Justiça do Rio de Janeiro pedindo a suspensão de um desconto de R\$ 2,3 milhões que a Petrobras quer fazer nas faturas. Em 2017, a estatal já fizera descontos de R\$ 14 milhões, alegando descumprimento dos contratos. ...

Petrobras

Nem é muito dinheiro em relação ao total. Mas chama a atenção os termos duros com que a Odebrecht trata a Petrobras na ação. Fala em "arbitrariedades da Petrobras", acusa-a de "má-fé explícita", de aplicação de multa "absolutamente descabida" e de "inventar" descontos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: DANIELLE NOGUEIRA

Título: BNDES quer mudar atuação como investidor

Banco já cogita vender participações na Petrobras e na Vale, até pouco tempo consideradas 'estratégicas'

Investimentos até pouco tempo considerados "estratégicos" para o BNDES estão perdendo relevância na nova política de mercado de capitais do banco de fomento. Sem alarde, a BNDESPar — braço de participações pelo qual o banco se torna sócio de empresas — vem vendendo ações de várias companhias, entre elas Petrobras e Vale, e já colocou na mira de seus desinvestimentos papéis da Eletrobrás. As fatias dessas três companhias detidas pelo banco, até então usadas como instrumento para assegurar a ingerência do Estado nelas, passaram a ser tratadas apenas como parte da carteira do BNDES com boa perspectiva de lucro em caso de venda. Juntas, essas participações somavam R\$ 39,5 bilhões ou 57% do total do portfólio da BNDESPar no fim de 2017. Além de vender papéis dessas companhias, das quais ainda continua a ser acionista relevante, o BNDES reduziu as suas participações em grandes empresas como Braskem, Lojas Americanas e Oi nos últimos anos. Tem vendido mais do que comprado títulos, aumentando a participação da subsidiária no lucro do banco. Só no ano passado, foram R\$ 6,6 bilhões em ações vendidas na Bolsa, quase cinco vezes mais do que em 2016. O lance mais recente dessa mudança de postura do BNDES foi a venda de ações da gigante de celulose Fibria, da qual era um dos controladores, para a Suzano, da qual é sócio minoritário.

O negócio fechado acima do valor de mercado da Fibria, anunciado no último 15 de março, renderá ao banco R\$ 8,5 bilhões. Eliane Lustosa, diretora do BNDES que representou o banco nas negociações, diz que a operação é um exemplo do

novo papel que vem sendo traçado para a subsidiária de participações há cerca de um ano e meio. O objetivo agora é apurar lucros com investimentos já maduros e reciclar a carteira para passar a apoiar o que chama de “campeões invisíveis”: pequenas empresas de base tecnológica cujo crescimento pode ser potencializado pelo banco de fomento. — Algumas participações do banco eram consideradas “estratégicas”, que não deveriam ser objeto de avaliação de perspectiva de venda. Agora essa avaliação constante faz parte da BNDESPar. Não há participação que seja “imexível”. O fluxo é: investe, acompanha e desinveste — afirma Eliane Lustosa, que até a semana passada comandava a área de mercado de capitais do banco e agora assume a diretoria de planejamento e estratégia.

Segundo Eliane, empresas como Vale, Petrobras e Eletrobrás já são maduras, não precisam mais serem fortalecidas pelo banco, e atuam em setores que não são prioritários para a instituição. A diretora enfatiza, porém, que a forma e o momento de o BNDES sair das empresas deve ser avaliado com cautela. Primeiro, porque são participações relevantes, que podem mexer com o preço dos papéis se vendidas de uma só vez. Em segundo lugar, porque o desinvestimento tem que dar lucro para o banco. Para isso, a BNDESPar poderá, a partir deste ano, contratar bancos para auxiliá-la nesse processo, além de contar com um comitê formal interno de avaliação. Até agora, não havia critérios claros na política de mercado de capitais do banco para a seleção de um consultor financeiro, como é comum acontecer no setor privado.

ÁREAS FORAM UNIFICADAS

Há até pouco tempo, uma área na BNDESPar cuidava só das empresas líquidas — aquelas cujas ações podem ser compradas e vendidas com facilidade e nas quais estavam os investimentos considerados estratégicos — e outra ficava com capital empreendedor. Agora, as duas foram unificadas e os técnicos avaliam constantemente a possibilidade de saída das companhias. Ao mesmo tempo, planejam formas de intensificar o apoio aos negócios com potencial ainda não desenvolvido. A ideia é priorizar iniciativas que o banco já tem nessa área, como os fundos Criatec, que investem em negócios inovadores. As mudanças ocorrem, em parte, como resposta à maior vigilância dos órgãos de controle, como o TCU, que passaram a cobrar do BNDES justificativas de investimentos feitos no passado para formar “campeões nacionais”, como ficou conhecida a política de fomento a multinacionais brasileiras nos governos Lula e Dilma. O caso mais controverso é o da JBS.

Daqui para frente, com a nova política de mercado de capitais do BNDES, a tendência é que os investimentos da BNDESPar minguem em volume e cresçam em número de operações, com foco nas áreas de infraestrutura, micro e pequenas empresas e inovação. Se a nova estratégia for seguida à risca,

analistas avaliam que o tamanho da carteira da BNDESPar possa cair drasticamente, para algo em torno de R\$ 5 bilhões nos próximos anos. Em 2017, alcançou R\$ 68 bilhões. Ainda fazem parte desse portfólio participações em gigantes como Embraer, Marfrig, JBS e Klabin. — Grandes empresas têm acesso ao mercado de capitais. Não precisam do BNDES. Recursos públicos devem ser alocados em outros projetos, especialmente pequenas empresas, com mais dificuldade de crédito. Essa mudança por que vem passando a BNDESPar também vem acontecendo com os fundos de pensão, que igualmente passaram a ser mais questionados pelos órgãos de controle, dado o histórico de interferências políticas — diz Sergio Lazzarini, professor do Insper e autor do livro “Capitalismo de laços”.

Ernani Torres Filho, professor do Instituto de Economia da UFRJ e ex-superintendente do BNDES, diz que investimentos em empresas como Vale e Petrobras nunca tiveram caráter estratégico para o banco e, sim, para o governo. Ele concorda com a política de desinvestimento da BNDESPar, mas levanta a questão sobre onde será aplicada a montanha de recursos que poderá ser obtida com a venda das ações. — O banco sempre foi um instrumento de governo para interferir nas empresas consideradas estratégicas. Sou favorável à saída dos investimentos quando estes estiverem maduros e à pulverização, mas vender por vender não quer dizer nada. Pegar esse dinheiro e devolver para o Tesouro é matar o BNDES.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Uma surpresa muito positiva no leilão da ANP

Com arrecadação recorde de mais de R\$ 8 bilhões em bônus de assinatura, foi sem precedentes o êxito da 15.^a rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O resultado foi surpreendente – o ágio dos blocos concedidos foi de 621,9% – porque, um dia antes da realização do certame, o Tribunal de Contas da União (TCU) havia retirado do leilão dois dos blocos tidos como mais valiosos entre os 70 oferecidos, localizados na Bacia de Santos, na área conhecida como polígono do pré-sal. O governo arrecadará, com as concessões, mais do dobro dos R\$ 3,55 bilhões previstos apenas com os blocos excluídos do leilão pelo TCU. Sem esses blocos, o **Ministério de Minas e Energia** temia que a arrecadação fosse inferior a R\$ 0,5 bilhão. Das 17 empresas inscritas para disputar as áreas marítimas, apenas 5 não fizeram lances.

Das 47 áreas marítimas ofertadas, 22 foram disputadas e serão exploradas por consórcios dos quais participam algumas das principais empresas petrolíferas do

mundo. Entre elas estão Statoil, ExxonMobil, Repsol, Shell, Chevron, Petrogal, BP Energy, QPI e Wintershall, além da Petrobrás, que participou dos consórcios que pagaram maiores ágios. O leilão mostrou a atratividade dos blocos localizados em áreas profundas, a começar das áreas da Bacia de Campos, notou o presidente da Petrobrás, Paulo Parente. O potencial exploratório das áreas também foi destacado pela presidente da ExxonMobil Brasil, Carla Lacerda. A multinacional atuou em parceria com a Petrobrás e será a operadora dos blocos de que participou. “Agora vamos trabalhar juntos (com a Petrobrás) porque temos que implementar um programa robusto de aquisição de dados, de sísmica”, enfatizou.

O leilão mostrou que o Brasil não depende apenas da exploração das regiões do pré-sal, ressaltou o presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Jorge Camargo. “O Brasil voltou a ser um dos principais destinos para investidores globais”, disse Camargo. O leilão deixou patente que as empresas globais que atuam no setor confiam nas mudanças regulatórias promovidas para atrair investidores para a exploração do petróleo brasileiro. Essa confiança deverá ser confirmada no próximo leilão, previsto para este semestre, quando serão licitadas áreas do pré-sal.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Paulo de Tarso Lyra

Título: No meio do furacão, Temer troca ministros

Amparado na necessidade de promover trocas em sua equipe ministerial pelo término do prazo de desincompatibilização dos auxiliares, e pressionado para provar que a Operação Skala não paralisou o governo, o presidente Michel Temer iniciará a semana dando posse aos novos ministros da Saúde, Gilberto Occhi, e dos Transportes, Valter Casimiro Silveira, que entram, respectivamente, nas vagas de Ricardo Barros e Maurício Quintella.

O presidente Michel Temer deve prosseguir hoje, com a ajuda dos ministros mais próximos, a desenhar o xadrez da reforma. O governo precisa seguir funcionando, já que o emedebista não dá mostras, ainda, de ter abdicado do desejo de concorrer à reeleição. Por isso, ações importantes, como a privatização da Eletrobrás — um sinal positivo ao mercado — não podem sofrer abalos, mesmo com a saída do **ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho**.

Coelho Filho batalha para manter no cargo o atual secretário executivo, Paulo Pedrosa. A interlocutores, o ainda ministro confidenciou que, se for substituído por alguém com interesses políticos ou sem convicção, todo o esforço pela

privatização — uma batalha que, por si só, não é fácil — poderia ficar comprometido. Um dos cotados para o posto é o ex-diretor geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Bastos. Porém, sua nomeação enfrenta resistências na área técnica e coloca ainda mais em risco a privatização da Eletrobrás e as negociações da cessão onerosa.

Paulo Pedrosa também já disse a amigos que pretende deixar o cargo se a troca no comando da pasta trazer uma mudança na condução política do programa. Pela mesma razão, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr., prepara-se para deixar o cargo. Uma fonte do governo disse que essa baixa traria grandes prejuízos, uma vez que o executivo tem segurado “no braço” os fortes ajustes que vêm sendo realizados na estatal com o objetivo de prepará-la para a privatização.

Temer também tem desenhado trocas nos bancos públicos. Ele decidiu ontem pela ida de Dyogo Oliveira, atual ministro do Planejamento, para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dyogo, porém, resiste à troca. Mas, se tiver mesmo de sair, pretende deixar no posto seu atual secretário executivo, Esteves Colnago. Dessa forma, haveria continuidade na atuação da pasta, tal como vai ocorrer na Fazenda, onde Henrique Meirelles será substituído pelo atual número dois, Eduardo Guardia.

As alterações na composição do ministério foram discutidas neste sábado, no Palácio do Jaburu, onde Temer recebeu o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Wellington Moreira Franco, e o líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR). Na conversa, falou-se sobre a permanência de Aloysio Nunes Ferreira no comando do Ministério das Relações Exteriores. Quem está cotado para substituí-lo é o embaixador Marcos Abott Galvão.

Na Caixa Econômica, com o deslocamento de Occhi para o Ministério das Cidades, Temer resolveu promover para a presidência do banco público o atual vice-presidente de Habitação, Nelson Antônio de Souza. As trocas na Saúde e na Caixa foram negociadas pelo Planalto diretamente com o presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI). O presidente sabe que precisa manter o PP em sua base de apoio, caso uma nova denúncia contra ele venha a ser apresentada pelo Ministério Público Federal.

O PP, o Solidariedade e o PR compareceram ao lançamento da pré-candidatura de Rodrigo Maia (DEM-RJ) ao Planalto. O MDB acompanha a distância os movimentos, mas interlocutores palacianos confirmam que a estratégia é não esticar demais a corda para que futuras composições políticas e eleitorais não sejam prejudicadas. “Neste momento, entendemos que todos os partidos que compõem a base do governo devem continuar. Até porque a candidatura do governo ainda está em gestação e, neste momento, existe um diálogo a respeito

deste assunto”, ressalta o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Marun.

O MDB também se prepara para as mudanças, e a tendência é que os secretários executivos sejam mantidos nas pastas de Integração Nacional e Turismo. Existem deputados emedebistas que buscam uma saída para a senadora Marta Suplicy, que é benquista pelo MDB paulista, mas terá dificuldades para se reeleger ao Senado. Como ela não deseja concorrer à Câmara, uma alternativa poderia ser nomeá-la para alguma pasta.

Colaborou Rodolfo Costa

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: Sem segurança, não vai

Brasília-DF

O ministro de Minas e Energia, Fernando Filho, deixa o cargo de olho numa campanha para deputado federal pelo MDB. Só tem um probleminha: se a briga pelo controle do diretório estadual não se resolver até 7 de abril, ele buscará outro partido aliado para concorrer e não arriscar ficar sem legenda.

MME / ASCOM .